

Política

CONGRESSO

Parlamentares insistem: querem ganhar mais.

Os deputados e senadores podem decidir amanhã se recebem o aumento de 30% adiado em janeiro. Eles reclamam que ganham pouco e que seus gastos são altos.

A partir de amanhã, os parlamentares federais poderão ter seus salários engordados em mais 30%, caso seja finalmente votado, na Câmara dos Deputados, o decreto legislativo de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) que suspendeu o pagamento desse reajuste em janeiro. A partir daí, o assunto ficou congelado, mas não esquecido. Um documento entregue à mesa da Câmara, assinado por 280 parlamentares, reivindica o aumento e isso significa a quase certeza da derrubada do veto.

O decreto de Fernando Henrique pode ser votado amanhã. A idéia é colocar o decreto juntamente com os projetos sobre salário mínimo e política salarial na ordem do dia. "Mas só entra se houver acordo de lideranças", avisa o vice-presidente da mesa, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). No entanto, o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), que se nega a comentar o assunto, diz que o problema é da mesa.

A mesa se reúne amanhã pela manhã para definir a pauta da sessão da Câmara esperando contar com algum parecer dos líderes dos partidos. Os líderes marcaram uma reunião para hoje à tarde para fechar acordo sobre o regimento interno da casa. Pela reação de Ibsen Pinheiro, não haverá espaço nesta reunião para discutir o decreto de Fernando Henrique. Desta polêmica, que já se arrasta há dias, uma coisa é certa: o jogo de empurra-empurra continua.

Política salarial

Uma coisa, porém, já está definida. O aumento não incidirá sobre os salários dos parlamentares enquanto não for aprovada uma nova política salarial, cujos projetos tramitam em regime de urgência no Congresso. Definida a nova regra dos reajustes, as mesas da Câmara e do Senado deverão autorizar o aumento.

O problema com os salários dos parlamentares começou em janeiro, quando os servidores públicos tiveram reajuste de 64%, mas os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, Humberto Lucena, decidiram conceder apenas 26% relativos à Unidade de Referência de Preços (URP) daquele mês. Pelo decreto legislativo 72, os salários dos parlamentares são reajustados pelo mesmo percentual aplicado aos vencimentos dos servidores públicos.

Ulysses e Lucena tomaram esta decisão porque, no mês anterior, os parlamentares haviam tido um reajuste de 78%, equivalente às URPs dos meses de maio (que havia sido congelada para todo o setor público), novembro e dezembro, que não tinham sido pagas, em função de dúvidas na interpretação sobre o que a nova Constituição determinava para os salários dos congressistas.

Não há nada ilegal no aumento de 78%, mas grande parte dos parlamentares, entre eles Ulysses Guimarães e Humberto Lucena, entenderam que o reajuste seguido de 64% era inconveniente do ponto de vista político. O decreto de Fernando Henrique Cardoso sustentou a decisão.

Quando recebeu o documento com 280 assinaturas — 32 a mais do que o quórum de maioria absoluta exigido para apro-



vação de projetos — o deputado Inocêncio Oliveira também considerou "desaconselhável" politicamente autorizar os 30%, que, aplicados sobre os 26% da URP, completariam os 64% aplicados sobre os vencimentos dos servidores públicos. "Sem o novo salário mínimo definido pelo Congresso, não podemos embolsar os 30%", afirmou o deputado.

Valores

Historicamente os salários dos parlamentares vêm sendo reajustados segundo os mesmos critérios aplicados aos vencimentos dos servidores públicos da administração federal direta — os ministérios e autarquias. Em 1º de fevereiro de 1987, quando se instalou a Constituinte, cada parlamentar recebeu, em média 63.190 cruzados antigos brutos, incluindo aí o próprio vencimento, ajudas de custo e **jetons** por sessões. Esse valor equivalia, na época, a US\$ 3.193 pelo câmbio oficial, ou US\$ 1.944 pela cotação do mercado paralelo no último dia do mês. Em fevereiro do ano seguinte, o salário bruto era de 637.670 cruzados, um aumento de cerca de 900%, para uma inflação de 380% no mesmo período.

A justificativa para o grande aumento foi o recebimento de mais **jetons** extras pelas reuniões e sessões da Constituinte. No dólar oficial, o vencimento dos parlamentares pulou para US\$ 6.474 e, no paralelo, para US\$ 5.184. Em dezembro de 88, os parlamentares receberam Cz\$ 4,7 milhões, 1.000% a mais do que janeiro. Só que aí já descontavam mais Imposto de Renda (IR) na fonte.

Os senadores e deputados sempre pagaram uma parcela mínima de IR, que incidia sobre os vencimentos fixos, a menor parte da remuneração total, engordados pelas ajudas de custos e **jetons**. A Constituição estabeleceu que o vencimento global do parlamentar em outubro — data da promulgação da nova Carta — passaria a ser composto de subsídios e representação e que o imposto incidiria sobre o valor integral. Isto significou um desconto médio de 20%, incluindo o INPS.

Em abril, o parlamentar recebeu NCz\$ 5.976 brutos, que representavam um salário

líquido de NCz\$ 4.670 para os que pertenciam ao grupo padrão com três dependentes. Convertido em dólar oficial, o salário era de US\$ 5.900, ou US\$ 2.510 no paralelo. É um aumento da ordem de 830% sobre o valor recebido um ano antes, inferior portanto à inflação do período.

Vantagens

Além do salário, os parlamentares recebem benefícios. Moram sem pagar qualquer centavo em um apartamento de 240 metros com três quartos e escritório numa quadra nobre no Plano Piloto, que a preço de mercado vale em torno de NCz\$ 1,2 mil. Quem não consegue um apartamento funcional recebe NCz\$ 1,1 mil de auxílio moradia, o único repassado em espécie para o bolso dos senadores e deputados. A ajuda é suficiente para alugar um apart-hotel de quatro estrelas e ainda ficar com NCz\$ 300 de troco.

O parlamentar pode enviar 800 cartas simples e 200 telegramas, que representam um gasto de NCz\$ 160 e NCz\$ 194, respectivamente, por conta do Congresso. A cota da franquia de telefone aumenta proporcionalmente à distância da base eleitoral do parlamentar: de NCz\$ 396 (dados para os senadores e deputados de Goiás, Minas, Distrito Federal e Tocantins) a NCz\$ 430 (para as bancadas do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima).

O deputado conta com um funcionário do quadro da Câmara em seu gabinete e dispõe de NCz\$ 4 mil (preços de janeiro) para contratar a sua equipe. O salário do funcionário é estabelecido pelo deputado, que é obrigado a fazer quatro contratações, no mínimo, e dez, no máximo. Já no Senado, o senador tem 10 funcionários da Casa à sua disposição e pode empregar quatro funcionários de confiança e requisitar dois de outros órgãos. Os salários do pessoal de confiança são estabelecidos pelo Senado.

Salário

Antes da promulgação da nova Constituição, o salário do parlamentar era composto de uma remuneração fixa, outra variá-

vel, **jetons** por sessão extra, encargos de gabinete e transportes. Estes dois últimos itens, que eram reajustados proporcionalmente aos aumentos do Menor Valor de Referência e combustíveis, tinham mais peso na composição.

Tomando como base o valor do último salário calculado para os parlamentares antes da modificação, Cz\$ 2,6 milhões em setembro, verifica-se que a verba de gabinete representava 47,37% do total do salário, ou seja, Cz\$ 1,26 milhão. Para transporte, o parlamentar ganhou Cz\$ 720 mil, 27% do salário; pelas sessões extras, levou Cz\$ 331 mil (12,4%). A soma variável foi de Cz\$ 195 mil (7,3%) e o fixo, sobre o qual incidia o Imposto de Renda, Cz\$ 156 mil (5,8%).

Com a nova Carta, o salário passou a ser composto apenas de subsídio e representação, o total sujeito a imposto na fonte.

Cortes

É uma prática antiga o parlamentar receber o salário sem aparecer para trabalhar nas sessões. Para tentar mudar o quadro, surgiram alternativas. Mas, a única vítima da decisão do presidente do Senado, Nelson Carneiro, de cortar o dia de trabalho do parlamentar que faltasse à sessão que não tivesse quórum para votação, foi o próprio senador. No dia em que passou a vigorar o corte, previsto pelo decreto legislativo 72, Nelson Carneiro estava no Rio de Janeiro. Os outros companheiros do senador que também faltaram naquele dia se justificaram.

Mas ninguém na administração do Senado se atreve a comentar o assunto. O diretor-geral do Senado, Passos Porto, que tem em suas mãos a lista de presença dos senadores, disse que quem cuida dos cortes é o secretário-geral da Mesa do Senado, Nerione Cardoso. O funcionário devolve a responsabilidade para o diretor-geral. Mas não esconde que ouviu muitas reclamações dos senadores. "Quando a matéria mexe no bolso é inconstitucional", brinca Nerione.

Na Câmara, o decreto legislativo 72 nem sequer foi considerado. "Não poderíamos cortar os salários sem definir os critérios de verificação de presença dos deputados", alegou o vice-presidente da Mesa, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). A presença ho-

je é controlada por funcionários nas duas portarias de acesso dos parlamentares. Para Inocêncio, a presença seria computada pelo painel eletrônico do plenário, logo após o grande expediente. O critério está definido no novo regimento interno da Câmara, que ainda não foi aprovado.

Mesmo assim, há concessões. O deputado pode faltar a 12 sessões e o senador a cinco, sem ter qualquer desconto. Mas se as 12 faltas na Câmara forem consecutivas, pelo novo regimento o deputado perde o mandato por 30 dias. O deputado recebe a mesma punição se faltar alternadamente a 25% das sessões e perderá definitivamente o mandato se tiver um terço de faltas. Esta é a tese, mas ninguém acredita que será colocada em prática.

Durante a Constituinte, quando se tornou comum a suspensão das sessões por falta de quórum, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) lutou pelo corte das gratificações de cada sessão faltada. A Casa só cortava o dia de trabalho quando o parlamentar não comparecia a qualquer das votações. "Por mês, 150 deputados tinham o seu salário descontado", lembra o diretor-geral da Câmara, Adhemar Sabino. A briga do deputado petista só serviu contra ele mesmo.

Paulo Delgado perdeu a vaga de suplente da Mesa para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), contrariando o acordo de lideranças que reservou aquele cargo para o PT. É que, apesar do acordo, qualquer um poderia se candidatar para a Mesa. Arnaldo Faria de Sá foi o único a se candidatar e faturou a preferência dos deputados.

Reclamações

Apesar dos altos vencimentos, comparados com a média dos salários brasileiros, muitos parlamentares queixam-se que recebem menos do que seria necessário para suas despesas. Depois de se eleger em 82 para o seu quarto mandato de deputado federal pelo PDS, o cearense Marcelo Linhares chamou a mulher e disse: "Não concorro mais". O ex-deputado enterrou três heranças em campanhas políticas e saiu da eleição de 82 com uma dívida de US\$ 100 mil. Linhares, que não participou da última eleição, penou para pagar a dívida. "O salário que aparentemente é alto, na verdade, é baixo. Só recrimina quem nunca enfrentou a luta política", desabafa.

"Nunca comprei votos", garante o ex-deputado Linhares. Existem, segundo ele — que atualmente é assessor parlamentar do Ministério da Justiça —, gastos indispensáveis, sob pena de perder o eleitor. O parlamentar nunca pode se recusar a batizar crianças, ser padrinho de casamento ou parafininho de turmas. Os gastos começam pelo deslocamento até o local, daí é necessário custear a festa, presentes e ônibus para os formandos conhecerem alguma cidade.

Todo dia, conta Linhares, há gente na porta do gabinete do parlamentar pedindo passagem para voltar à terra natal e ajuda para a viagem. "O deputado não era bom como eu pensava", repete a frase que os retirantes dizem quando voltam para casa sem ter conseguido a ajuda. **Sandra Sato/AE**